

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA****CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 2026051501-CP  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07040002/26****1. OBJETO DA LICITAÇÃO E CONDIÇÕES GERAIS**

**1.1** O presente Termo de Referência tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UM GINÁSIO POLIESPORTIVO JUNTO A SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE JAGUARIBARA/CE.**

**1.2** O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**1.3** O serviço é enquadrado como contratado por **escopo**.

**2. ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	ESTRUTURAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA PRÁTICAS ESPORTIVAS	01	Serviço	R\$ 6.231.339,18

Estruturação de espaço público destinado à realização de atividades esportivas, recreativas e eventos comunitários no Município de Jaguaribara/CE, considerando a necessidade de ambiente adequado, coberto, seguro e com capacidade para atender diferentes modalidades e ações sociais.

**3. DESCRIÇÃO DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO**

**3.1** A presente contratação visa atender à necessidade de ampliação e fortalecimento da infraestrutura pública destinada à prática esportiva, recreativa e realização de eventos comunitários no Município de Jaguaribara/CE, diante da insuficiência de espaços adequados, seguros e estruturados para atendimento das demandas da população.

**3.2** A implantação do Ginásio Poliesportivo no Parque Tristão Gonçalves permitirá a disponibilização de espaço coberto, estruturado e funcional para realização de práticas esportivas coletivas, eventos e atividades comunitárias, proporcionando melhores condições de segurança, acessibilidade, conforto e utilização contínua do equipamento público.



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE  
APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO  
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA  
José Jackson Botão Cavalcante  
DATA: 20/05/2026  
AVANÇADA



**3.3** A contratação encontra fundamento na necessidade de promoção do interesse público, valorização dos espaços urbanos e fortalecimento das ações institucionais voltadas ao esporte e convivência social, observando os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e desenvolvimento social previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### **3.4 DA INVERSÃO DE FASES:**

**3.4.1** Considerando o vulto da contratação, o elevado valor estimado da obra, a complexidade técnica dos serviços previstos e a relevância estrutural constante no Projeto Básico, **a Administração adotará, no presente procedimento licitatório, a inversão da ordem regular das fases da licitação, nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021.**

**3.4.2** A medida consistirá na realização prévia da fase de habilitação, antecedendo as fases de apresentação de propostas e julgamento, permitindo que apenas licitantes efetivamente habilitados participem das etapas subsequentes do certame.

**3.4.3** A adoção da inversão de fases mostra-se especialmente adequada diante das características da obra pretendida, que demanda experiência comprovada em execução de estruturas metálicas de grande vão, sistemas especializados de cobertura, capacidade operacional compatível com obras de maior porte e adequada capacidade econômico-financeira para suportar a execução contratual.

**3.4.4** Com a habilitação prévia, evita-se o dispêndio de tempo e recursos administrativos na análise de propostas apresentadas por empresas sem qualificação compatível com a complexidade do objeto, reduzindo riscos de inexecução contratual, atrasos, abandono da obra e futuras controvérsias durante a execução contratual.

**3.4.5** A sistemática adotada também contribui para maior racionalidade procedimental, segurança jurídica, eficiência administrativa e fortalecimento da seleção da proposta mais vantajosa, além de proporcionar maior previsibilidade ao certame e melhor proteção ao interesse público.

**3.4.6** Dessa forma, a inversão de fases encontra-se devidamente motivada e justificada neste Termo de Referência, estando alinhada às características técnicas da contratação e aos princípios do planejamento, legalidade, economicidade, eficiência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE  
APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO  
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA  
José Jackson Botão Cavalcante  
DATA: 20/05/2026  
AVANÇADA



#### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**4.1** A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia destinada à construção de um ginásio poliesportivo no Município de Jaguaribara/CE, em área pertencente à Parque Tristão Gonçalves, conforme especificações constantes no Projeto Básico elaborado e aprovado pelo Setor de Engenharia.

**4.2** A intervenção tem por finalidade disponibilizar infraestrutura adequada para a prática esportiva, realização de atividades recreativas, educacionais e eventos comunitários, proporcionando ambiente seguro, funcional e apto ao atendimento das demandas da população.

**4.3** A obra contemplará a execução de estrutura coberta para práticas esportivas coletivas, arquibancadas, áreas de circulação, espaços de apoio, instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias, além de demais elementos necessários ao pleno funcionamento do equipamento público, observando critérios de acessibilidade, segurança, durabilidade e funcionalidade.

**4.4** Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, composições de custos, cronograma físico-financeiro e demais elementos constantes no Projeto Básico, elaborado sob responsabilidade técnica devidamente registrada, constituindo este o principal instrumento orientador da contratação.

**4.5** Considerando a natureza e complexidade da obra, a execução deverá ser realizada por empresa especializada no ramo da construção civil, com capacidade técnica compatível com os serviços previstos.

**4.6** O regime de execução adotado será o de **empreitada por preço global**, tendo em vista que o objeto encontra-se integralmente definido no Projeto Básico, com quantitativos e custos previamente estabelecidos, proporcionando maior previsibilidade financeira, melhor controle contratual e definição objetiva das obrigações da contratada.

**4.7** Não obstante o regime adotado, a forma de pagamento ocorrerá de maneira parcelada, mediante medições dos serviços efetivamente executados, devidamente



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE  
APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO  
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA  
José Jackson Botão Cavalcante  
DATA: 20/05/2026  
AVANÇADA



atestadas pela fiscalização do contrato, em conformidade com as etapas previstas no cronograma físico-financeiro.

**4.8** A fiscalização da execução contratual será exercida por servidor ou equipe técnica designada pela Administração Municipal, responsável pelo acompanhamento da obra, verificação das medições, controle da qualidade dos serviços executados e atesto das etapas concluídas, assegurando o cumprimento das condições pactuadas e das normas técnicas aplicáveis.

**4.9** A solução proposta mostra-se tecnicamente adequada, economicamente viável e compatível com as necessidades da Administração Pública, permitindo a ampliação da infraestrutura esportiva municipal e a adequada utilização do espaço público, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, interesse público e desenvolvimento social.

## **5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**5.1** A descrição dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

### **5.2 DA GARANTIA DE PROPOSTA**

**5.2.1** Considerando a natureza, vulto e complexidade técnica da obra, será exigida **garantia de proposta**, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021, como mecanismo destinado a assegurar a seriedade das propostas apresentadas e a regular participação dos licitantes no certame.

### **5.3 DA GARANTIA CONTRATUAL**

**5.3.1** Também será exigida **garantia contratual** correspondente a 5% do valor total contratado, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, visando assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, bem como resguardar a Administração Pública quanto a eventuais prejuízos decorrentes de inadimplemento contratual, abandono da obra ou execução inadequada dos serviços.

### **5.4 DA SUBCONTRATAÇÃO**

**5.4.1** A possibilidade de **subcontratação parcial** do objeto mostra-se adequada diante das características técnicas da obra, que envolve serviços específicos e complementares



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE  
APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO  
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA  
José Jackson Botão Cavalcante  
DATA: 20/05/2026  
AVANÇADA



de engenharia, passíveis de execução especializada por terceiros, sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada principal.

**5.4.2** A medida visa proporcionar maior flexibilidade operacional à execução contratual, permitindo melhor organização das atividades, otimização de recursos técnicos e maior eficiência na execução de parcelas acessórias da obra, sem comprometer o controle, a fiscalização e a qualidade dos serviços executados.

**5.4.3** A limitação da subcontratação a **até 10% (dez por cento) do valor atualizado do contrato** preserva a execução direta, assegurando que a essência do objeto permaneça sob responsabilidade da empresa efetivamente habilitada no certame.

## **5.5 DA NÃO APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA ME/EPP**

**5.5.1** Considerando que o art. 4º da Lei nº 14.133/2021 determina a aplicação, às licitações e contratos por ela regidos, das disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, que tratam do regime jurídico diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte;

**5.5.2** Considerando que o § 1º do referido art. 4º estabelece, de forma expressa, que tais disposições não se aplicam aos itens de bens e serviços em geral cujo valor estimado seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

**5.5.3** Considerando que o valor estimado da presente contratação é superior ao limite de enquadramento como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) definido pela Lei Complementar nº 123/2006 com base na receita bruta anual, superando, portanto, a receita bruta máxima admitida para o enquadramento como empresa de pequeno porte, o que, por força de lei, afasta a incidência, neste certame, do tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 (tais como licitação exclusiva para ME/EPP, reservas de cotas, subcontratação compulsória e demais benefícios específicos);

**5.5.4** Essa restrição está em conformidade com o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e com as diretrizes do Poder Executivo Federal. Conforme o Manual de Orientações e Boas Práticas na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, o



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE  
APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO  
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA  
José Jackson Botão Cavalcante  
DATA: 20/05/2026  
AVANÇADA



tratamento diferenciado para ME e EPP "**Não se aplica a contratos de valor superior ao limite de receita para EPP, incluindo obras e serviços de engenharia.**"

**5.5.5** O Tribunal de Contas da União (TCU) corrobora esse entendimento, conforme se depreende do Acórdão 1970/2025-Plenário, que estabelece que "A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, já tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem o limite de receita bruta previsto no art. 3º, inciso II, da LC 123/2006 deve ser excluída do tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 dessa lei complementar (art. 4º, caput e § 2º, da Lei 14.133/2021)".

**5.5.6** Considerando, ainda, que a jurisprudência do Tribunal de Contas da União reafirma que o porte da empresa, para fins de fruição do tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006, deve observar estritamente os parâmetros de receita bruta definidos no art. 3º dessa lei, o que reforça a necessidade de observar o limite na análise da aplicabilidade dos benefícios;

**5.5.7** Fica justificada, portanto, a não adoção, no presente certame, do tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, em razão de o valor estimado da contratação ser superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

**5.5.8** Ressalte-se que tal afastamento não impede a participação de microempresas e empresas de pequeno porte na licitação, que concorrerão em igualdade de condições com os demais licitantes, preservando-se os princípios da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa e da segurança na execução contratual.

## **5.6 DA AVALIAÇÃO PRÉVIA**

**5.6.1** A **avaliação prévia** do local de execução da obra é altamente recomendável, a fim de proporcionar pleno conhecimento das condições, peculiaridades e eventuais obstáculos que possam influenciar na execução do objeto contratado.

**5.6.2** Alternativamente, a licitante poderá apresentar declaração formal, assinada por seu responsável técnico, informando a opção pela não realização da vistoria técnica. Nesse documento, deverá constar que a empresa assume integralmente a responsabilidade por essa decisão, comprometendo-se expressamente a não alegar, em



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE  
APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO  
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA  
José Jackson Botão Cavalcante  
DATA: 20/05/2026  
AVANÇADA



qualquer fase do certame ou durante a execução contratual, desconhecimento das condições locais, bem como a arcar com todas as implicações decorrentes de tal escolha, sem prejuízo das garantias vinculadas à sua proposta.

## 6. DA VIGÊNCIA E MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

**6.1** Considerando que a execução física do objeto está prevista para 10 (dez) meses, o prazo da **vigência contratual será fixado em 11 (onze) meses a fim de contemplar as etapas necessárias à conclusão integral do objeto**, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado nas hipóteses legais.

**6.2** Poderão ser realizadas alterações no contrato decorrente deste Termo de Referência, nas hipóteses previstas nos arts. 124 a 130 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto à modificação do valor contratual, respeitados os limites legais e mediante justificativa formal.

**6.3** A execução dos serviços contratados terá início no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço, emitida pela Administração. O prazo total e as etapas de execução estão definidos no Cronograma Físico-Financeiro e na Minuta do Contrato, parte integrante do Edital.

**6.4** Caso o contratado identifique a necessidade de prorrogação de prazo, deverá comunicar formalmente à Administração com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, apresentando justificativa técnica devidamente fundamentada, para análise e deliberação, conforme art. 121, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

**6.5** Situações decorrentes de caso fortuito ou força maior, que impossibilitem a continuidade ou o cumprimento do cronograma, deverão ser imediatamente comunicadas à contratante, acompanhadas de documentação que comprove a ocorrência e demonstre o nexo causal, nos termos da legislação vigente, sob pena de indeferimento da solicitação.

## 7. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

**7.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE  
APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO  
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA  
José Jackson Botão Cavalcante  
DATA: 20/05/2026  
AVANÇADA



consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

**7.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

**7.3** As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**7.4** O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**7.5** Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**7.6** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

**7.7** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**7.7.1** O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

**7.7.2** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

**7.7.3** O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE  
APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO  
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA  
José Jackson Botão Cavalcante  
DATA: 20/05/2026  
AVANÇADA



**7.7.4.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (inciso V do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).

**7.7.5** O fiscal do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

**7.8** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**7.8.1** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**7.9** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**7.9.1** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**7.9.2** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**7.9.3** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual,



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE  
APONTAR SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO  
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA  
José Jackson Botão Cavalcante  
DATA: 20/05/2026  
AVANÇADA



baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**7.9.4** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**7.10** O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

**7.11** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**7.12** A contratada é responsável pela disponibilização e substituição dos materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme especificações técnicas e padrões exigidos no Projeto Básico e nas normas da ABNT.

**7.13** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

**7.14** Após a assinatura do contrato e emissão da Ordem de Serviço, a contratada deverá, impreterivelmente no prazo de até 10 (dez) dias úteis, providenciar e apresentar ao fiscal do contrato os seguintes documentos: a) A(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART, ou Registro(s) de Responsabilidade Técnica – RRT, referentes à execução da obra, devidamente quitadas e emitidas por profissional habilitado e compatível com as exigências do projeto; b) O comprovante de registro da obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO, junto à Receita Federal.

### **7.15 Garantia Técnica dos Serviços de Engenharia**

**7.15.1** Os serviços de engenharia executados estarão cobertos por garantia mínima de 5 (cinco) anos, conforme art. 618 do Código Civil e art. 1X da Lei nº 14.133/2021, salvo se outro prazo for previsto em normas técnicas específicas.



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE  
APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO  
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA  
José Jackson Botão Cavalcante  
DATA: 20/05/2026  
AVANÇADA



**7.15.2** A contratada deverá executar, sem ônus para a Administração, todas as correções, ajustes ou substituições de materiais ou serviços que apresentarem defeitos ou vícios durante o prazo de garantia.

**7.15.3** A contratada será notificada formalmente e terá até 30 (trinta) dias para sanar os problemas identificados, prorrogável uma única vez, por igual período, mediante justificativa aceita.

**7.15.4** Caso a contratada não cumpra o disposto, a Administração poderá contratar terceiros para realizar os reparos, cobrando da contratada os custos incorridos, sem prejuízo das penalidades aplicáveis.

**7.15.5** A contratada deverá arcar com todas as despesas de transporte e logística necessárias para realização dos reparos.

## 8. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

### Preposto da Contratada

**8.1** A contratada deverá designar formalmente, antes do início da execução, um preposto com poderes para representá-la na execução do contrato, cujas atribuições constarão expressamente do termo de designação.

**8.2** O preposto deverá permanecer no local da execução do objeto durante a vigência da contratação, salvo motivo justificado aceito pela Administração.

**8.3** A Administração poderá, mediante justificativa formal, recusar a designação ou a permanência do preposto indicado, devendo a contratada indicar outro profissional, sem ônus adicional.

### Fiscalização do Contrato (art. 117 da Lei nº 14.133/2021)

**8.4** A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais designados formalmente pela autoridade competente, com atribuições específicas conforme a natureza da fiscalização: técnica ou administrativa.

### Fiscalização Técnica



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE  
APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO  
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA  
José Jackson Botão Cavalcante  
DATA: 20/05/2026  
AVANÇADA



**8.5** compete ao fiscal técnico verificar o cumprimento das condições contratuais, assegurando a conformidade da execução com os padrões de qualidade exigidos.

**8.6** O fiscal técnico deverá registrar, no histórico de gerenciamento do contrato, todas as ocorrências relevantes, descrevendo eventuais faltas ou defeitos e as medidas corretivas necessárias (art. 117, § 1º).

**8.7** O fiscal técnico notificará a contratada sempre que verificar irregularidades, fixando prazo para correção.

**8.7.1** Quando a irregularidade ultrapassar sua competência, deverá comunicar o gestor do contrato em tempo hábil para adoção das providências cabíveis.

**8.7.2** Ocorrências que possam comprometer o cronograma contratual deverão ser comunicadas de imediato ao gestor.

**8.7.3** O término da execução contratual será comunicado pelo fiscal técnico ao gestor, visando subsidiar eventual prorrogação ou nova contratação.

### **Fiscalização Administrativa**

**8.8** O fiscal administrativo é responsável por acompanhar: a manutenção das condições de habilitação da contratada; o empenho e pagamento; garantias contratuais; glosas; apostilas e aditivos.

**8.8.1** Em caso de descumprimento contratual, deverá atuar tempestivamente e comunicar o gestor para que delibere as medidas cabíveis.

### **Gestão do Contrato**

**8.9** O gestor do contrato coordenará todas as ações de fiscalização, manterá atualizados os registros formais de execução e elaborará relatórios sobre o cumprimento do objeto, conforme art. 117, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

**8.10** Caberá ao gestor consolidar as informações dos fiscais, avaliar riscos e informar, quando necessário, à autoridade superior sobre situações que exijam deliberação estratégica ou medidas disciplinares.

**8.11** Deverá também acompanhar a regularidade fiscal e trabalhista da contratada e controlar pendências que impactem a liquidação e o pagamento contratual.



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE  
APONTAR SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO  
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA  
José Jackson Botão Cavalcante  
DATA: 20/05/2026  
AVANÇADA



**8.12** O gestor emitirá parecer sobre o desempenho da contratada, com base em indicadores objetivos definidos no TR, incluindo histórico de penalidades e cumprimento das obrigações contratuais.

**8.13** Na hipótese de infrações contratuais, o gestor dará início ao processo administrativo de responsabilização, conforme previsto no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

**8.14** Ao final do contrato, deverá elaborar relatório conclusivo, registrando o cumprimento dos objetivos pactuados, com recomendações para aprimoramento das contratações futuras.

**8.15** O gestor é responsável por remeter à unidade competente os documentos necessários à liquidação e pagamento, no valor aferido pela fiscalização contratual.

## **9. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**

**9.1** Após análise das características do objeto e da solução proposta, conclui-se que será admitida a participação de empresas na forma de consórcio no presente procedimento licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**9.2** A medida mostra-se compatível com a natureza, vulto e complexidade técnica da obra pretendida, especialmente em razão da execução de estruturas metálicas de grande porte, sistemas de cobertura especializados e demais serviços de engenharia que demandam capacidade técnica, operacional e financeira compatível com a dimensão do empreendimento.

**9.3** A possibilidade de participação em consórcio contribui para ampliação da competitividade do certame, permitindo a união de capacidades técnicas e operacionais entre empresas do ramo da construção civil, favorecendo maior participação de interessados e fortalecendo a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração.

**9.4** Quando permitida, a participação em consórcio observará as seguintes condições:

a) Apresentação de compromisso de constituição de consórcio, subscrito pelas consorciadas; b) Indicação da empresa líder; c) Responsabilidade solidária das empresas consorciadas pela execução do contrato; d) Vedação à participação de empresa consorciada em mais de um consórcio ou individualmente.



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE  
APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO  
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA  
José Jackson Botão Cavalcante  
DATA: 20/05/2026  
AVANÇADA



## 10. RECEBIMENTO DO OBJETO E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

### Recebimento do objeto

**10.1** O objeto será recebido em duas etapas, nos termos do art. 140, I, da Lei 14.133/2021:

- a) **provisoriamente**, pelo responsável pela fiscalização, mediante **termo detalhado** que registre o cumprimento das exigências técnicas da etapa ou parcela medida;
- b) **definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante **termo detalhado** que comprove o atendimento integral das obrigações contratuais.

**10.1.1** O recebimento provisório será formalizado a cada **medição** ou conclusão de fase, após conferência quantitativa e qualitativa dos serviços executados e apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, cabendo ao fiscal registrar as informações no diário de obras ou sistema de gestão. Durante a execução, não há recebimento definitivo de parcelas, apenas o ateste de medições para fins de pagamento.

**10.1.2** Constatada desconformidade com o projeto, especificações ou cronograma, a Administração poderá **rejeitar** total ou parcialmente a etapa, ainda antes do recebimento provisório. A contratada deverá corrigir ou refazer o serviço em até **10 (dez) dias úteis** contados da notificação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**10.1.3** O recebimento definitivo será realizado em até **30 (trinta) dias úteis** após a conclusão da obra/serviço e da entrega da documentação e demais exigências técnicas, podendo o prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante justificativa formal, caso sejam necessárias diligências ou ensaios complementares. A Administração poderá exigir ensaios, testes ou provas de funcionamento, cujo custo correrá por conta da contratada.

**10.1.4** Havendo controvérsia sobre quantidade, qualidade ou dimensões executadas, aplicar-se-á o art. 143 da Lei 14.133/2021: a parcela **incontroversa** poderá ser faturada e paga; o pagamento da parte controvertida permanecerá suspenso até solução da divergência.

**10.1.5** Os prazos fixados nos subitens 10.1.3 e 10.1.4 ficarão suspensos enquanto a contratada corrigir inconformidades apontadas na execução ou na documentação fiscal.



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE  
APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO  
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA  
José Jackson Botão Cavalcante  
DATA: 20/05/2026  
AVANÇADA



**10.1.6** O recebimento, provisório ou definitivo, **não exime** a contratada da responsabilidade:

- a) civil pela solidez e segurança da obra/serviço;
- b) ético-profissional pela perfeita execução;

**10.1.7** Todos os acontecimentos relevantes serão registrados no histórico do contrato, servindo de base para a liquidação da despesa e para eventuais responsabilizações.

### **Critérios de pagamento**

**10.2** A execução da obra será remunerada conforme o regime de empreitada por preço global, sendo os pagamentos realizados com base nas medições mensais, proporcionais ao avanço físico dos serviços efetivamente executados, em conformidade com o Cronograma Físico-Financeiro, o Projeto Básico e demais documentos pertinentes, por meio da apresentação de planilha e memória de cálculo detalhada.

**10.2.1** O pagamento à contratada será condicionado à execução regular do objeto contratual e ocorrerá mediante apresentação da **Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente**, que será submetido ao processo de liquidação, nos termos dos arts. 63 da Lei nº 4.320/64 e 68 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**10.3** Recebido o documento fiscal, **correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para a liquidação da despesa**, prorrogável por igual período, desde que devidamente justificado e registrado no processo.

**10.4** Para fins de liquidação, o setor competente verificará se o documento fiscal contém, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) prazo de validade do documento;
- b) data de emissão;
- c) dados do contrato e do órgão contratante;
- d) período a que se refere a execução contratual;
- e) valor bruto e líquido a pagar;
- f) destaque de tributos e retenções cabíveis.

**10.5** A nota fiscal ou instrumento equivalente deverá estar acompanhada das certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista.



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE  
APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO  
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA  
José Jackson Botão Cavalcante  
DATA: 20/05/2026  
AVANÇADA



**10.6** Em caso de erro, omissão ou ausência de documentos necessários à liquidação, a despesa ficará sobrestada até que a contratada regularize a situação, **sem ônus para a Administração**, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização.

**10.7** Verificada situação de **irregularidade fiscal da contratada**, a Administração notificará a empresa para que, **em até 5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou apresente defesa. Este prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração.

**10.8** Caso a contratada não regularize a situação ou a defesa seja considerada improcedente, o contratante:

- a) comunicará o fato aos órgãos fiscalizadores competentes;
- b) informará sobre a existência de pagamento a ser realizado;
- c) adotará, se necessário, medidas para rescisão contratual, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**10.9** Caso o objeto tenha sido **efetivamente executado**, os pagamentos serão realizados normalmente até decisão administrativa quanto à rescisão, caso a irregularidade fiscal persista.

**10.10** O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias** contados da **finalização da liquidação da despesa**, por meio de **ordem bancária**, em conta corrente informada previamente pela contratada.

**10.11** Considera-se como data do pagamento aquela em que a **ordem bancária for emitida**.

**10.12** No ato do pagamento, será efetuada a **retenção dos tributos e contribuições previstos na legislação vigente**, inclusive aquelas incidentes sobre serviços (INSS, IRRF, CSLL, PIS, COFINS, ISS etc.).

**10.13** Independentemente do que conste na planilha de preços, **serão retidos os tributos com base nos percentuais legais vigentes**, conforme a natureza do serviço ou fornecimento.

**10.14** A contratada **optante pelo Simples Nacional**, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, **não sofrerá retenções** relativas aos tributos abrangidos por esse regime, **desde que comprove formalmente sua condição**, mediante documento oficial válido no momento do pagamento.



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE  
APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO  
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA  
José Jackson Botão Cavalcante  
DATA: 20/05/2026  
AVANÇADA



## 11. CRITÉRIO DE SELEÇÃO

11.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

11.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### 11.3 Habilitação Jurídica

**11.3.1** No caso de **empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**11.3.2** Em se tratando de **microempreendedor individual – MEI**: Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**11.3.3** No caso de **sociedade empresária**, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

**11.3.4** No caso de ser o participante **sucursal, filial ou agência**, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**11.3.5** No caso de **sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**11.3.6** No caso de **cooperativa**: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**11.3.7** No caso de empresa ou **sociedade estrangeira** em funcionamento no País: decreto de autorização;

**11.3.8** No caso de **atividade adstrita a uma legislação específica**: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE  
APONTAR SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO  
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA  
José Jackson Botão Cavalcante  
DATA: 20/05/2026  
AVANÇADA



**11.3.9** No caso de **Consórcio**: COMPROMISSO PÚBLICO OU PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO, que deverá ser apresentado subscrito pelos consorciados, do qual deverá, com clareza e precisão, constar: a. Indicação da empresa líder responsável pelo consórcio que ficará incumbida de todos os entendimentos com a CONTRATANTE; b. Composição do Consórcio, devendo constar do mesmo a proporção econômica e financeira da respectiva participação de cada consorciado; c. Objetivo do consórcio; d. Compromisso expresso de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados sob o consórcio, em relação à licitação, e, posteriormente, ao eventual Contrato, bem como pelos encargos fiscais e administrativos referentes ao objeto do Contrato, até seu recebimento definitivo; e. Compromisso de que o consórcio não terá sua composição ou constituição alterada, ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia anuência da CONTRATANTE, até o termo final do contrato; f. Compromisso expresso de que o consórcio não se constitui nem se constituirá em pessoa distinta da de seus membros; g. Compromissos e obrigações de cada um dos consorciados, individualmente, em relação ao objeto desta licitação; h. Duração do consórcio, no mínimo, pelo prazo do Contrato, se este vier a ser firmado.

**11.3.10** Os documentos acima deverão estar **acompanhados de todas as alterações** ou da **consolidação respectiva**.

**11.3.11 Documento oficial** de identificação que contenha foto do representante da licitante.

#### **11.4 Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**11.4.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

**11.4.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual**, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou **Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal** quando se tratar de prestador de serviço.

**11.4.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE  
APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO  
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA  
José Jackson Botão Cavalcante  
DATA: 20/05/2026  
AVANÇADA



1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**11.4.4 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual**, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;

**11.4.5 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal**, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;

**11.4.6 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**

**11.4.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

### **11.5 Qualificação Econômico-Financeira**

**11.5.1 Certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (alínea "c" do inciso II do art. 5º da IN Seges/ME nº 116, de 2021) ou de sociedade simples e/ou **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021); caso a certidão não consigne prazo de validade, serão considerados 30 (trinta) dias a partir da data de sua emissão.

**11.5.2 Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício (DRE)** e demais demonstrações contábeis exigidas por lei, relativas aos **2(dois) últimos exercícios sociais**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, apresentadas na forma da legislação vigente e acompanhadas das respectivas cópias dos **termos de abertura e encerramento do(s) Livro(s) Diário(s)**. Fica vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios

**11.5.3** Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE  
APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO  
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA  
José Jackson Botão Cavalcante  
DATA: 20/05/2026  
AVANÇADA



**11.5.4** As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.

**11.5.5** As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispões sobre a Escrituração Contábil Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil.

**11.5.6 Comprovação**, assinada por Profissional da área Contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que **atesta o atendimento pelo licitante dos índices econômicos** nos termos do §1º, art. 69 da Lei 14.133/2021, aplicando fórmulas da seguinte forma:

**Índice de Liquidez Geral (≥ 1,00):**

$$LG = \frac{\textit{Ativo Circulante} + \textit{Realizável a Longo Prazo}}{\textit{Passivo Circulante} + \textit{Passivo Não Circulante}}$$

**Índice de Liquidez Corrente (≥ 1,00):**

$$LC = \frac{\textit{Ativo Circulante}}{\textit{Passivo Circulante}}$$

**Índice de Solvência Geral (≥ 1,00):**

$$SG = \frac{\textit{Ativo Total}}{\textit{Passivo Circulante} + \textit{Passivo Não Circulante}}$$

**11.5.7** Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (LG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).

**11.5.8** As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE  
APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO  
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA  
José Jackson Botão Cavalcante  
DATA: 20/05/2026  
AVANÇADA



comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

### 11.6 Qualificação Técnica

**11.6.1 Prova de inscrição ou Registro** da empresa licitante junto ao **CREA** (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou **CAU** (Conselho de Arquitetura e Urbanismo);

**11.6.2 Demonstração de capacitação TÉCNICO-OPERACIONAL**, através da comprovação de execução de serviços de características similares ou superiores aos considerados relevantes ao atendimento do objeto da licitação, ou de maior complexidade, através da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA e/ou CAU, em nome da licitante e acompanhado da respectiva CAT – Certidão de Acervo Técnico, emitida em nome do Responsável Técnico. Serão consideradas parcelas de maior relevância técnica ou de valor significativo ao atendimento do objeto:

CODIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNID.	QUANT. MINIMA EXIGIDA
C4151	ARMADURA DE AÇO CA 50/60	SEINFRA	KG	<b>19.726,00</b>
COM-34563176	ESTRUTURA DE AÇO TIPO FINK VÃO DE 40M	PROPRIA	M <sup>2</sup>	<b>1.034,00</b>
C0844	CONCRETO P/VIBR., FCK 30 MPA COM AGREGADO ADQUIRIDO	SEINFRA	M <sup>3</sup>	<b>224,00</b>
C0056	ALVENARIA DE EMBASAMENTO DE TIJOLO FURADO, C/ ARGAMASSA MISTA C/ CAL HIDRATADA (1:2:8)	SEINFRA	M <sup>3</sup>	<b>171,00</b>
103776	PISO MODULAR INTERNO DE POLIPROPILENO PARA QUADRA POLIESPORTIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SINAPI	M <sup>2</sup>	<b>474,00</b>
C4554	TELHA DE ALUMÍNIO, TRAPEZOIDAL E = 0,7MM	SEINFRA	M <sup>2</sup>	<b>1.034,00</b>

**11.6.2.1** Os licitantes poderão apresentar, juntamente com os documentos de habilitação técnica, **declaração específica informando expressamente os itens que consideram de relevância no(s) atestado(s) ou certidão(ões) apresentados(as)**, para fins de comprovação da aptidão técnico-operacional, indicando de forma clara a(s) página(s) ou seção(ões) do(s) documento(s) em que tais informações constam.



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE  
APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO  
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA  
José Jackson Botão Cavalcante  
DATA: 20/05/2026  
AVANÇADA



**11.6.3** Os licitantes poderão apresentar, **declaração de apresentação e indicação do pessoal técnico do quadro permanente da licitante, que participarão da execução do serviço**, sendo no mínimo: 01(um) Engenheiro Civil ou 01(um) Arquiteto, devidamente registrado na entidade de classe.

**11.6.4 Prova de inscrição**, ou registro do profissional de nível superior (**Engenheiro Civil**), junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou **Prova de inscrição**, ou registro do profissional de nível superior (**Arquiteto**), junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo(CAU) com observância as qualificações e atribuições resguardadas em lei e nas respectivas resoluções emitidas por cada conselho profissional.

**11.6.5** Demonstração de Capacidade **TÉCNICO-PROFISSIONAL**, através da prova da Licitante possuir em seu quadro permanente de pessoal, na data prevista para a licitação, profissional de nível superior (Engenheiro Civil e/ou Arquiteto), detentor de atestado de responsabilidade técnica expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT, relativamente a execução de obra ou serviços de características similares ou superiores ao objeto licitado, cujas parcelas de maior relevância técnica tenham sido:

CODIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNID.
C4151	ARMADURA DE AÇO CA 50/60	SEINFRA	KG
COM-34563176	ESTRUTURA DE AÇO TIPO FINK VÃO DE 40M	PROPRIA	M <sup>2</sup>
C0844	CONCRETO P/VIBR., FCK 30 MPA COM AGREGADO ADQUIRIDO	SEINFRA	M <sup>3</sup>
C0056	ALVENARIA DE EMBASAMENTO DE TIJOLO FURADO, C/ ARGAMASSA MISTA C/ CAL HIDRATADA (1:2:8)	SEINFRA	M <sup>3</sup>
103776	PISO MODULAR INTERNO DE POLIPROPILENO PARA QUADRA POLIESPORTIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SINAPI	M <sup>2</sup>
C4554	TELHA DE ALUMÍNIO, TRAPEZOIDAL E = 0,7MM	SEINFRA	M <sup>2</sup>

**11.6.5.1** Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE  
APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO  
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA  
José Jackson Botão Cavalcante  
DATA: 20/05/2026  
AVANÇADA



comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante com firma reconhecida das partes, ou declaração de compromisso de futura contratação expedida pelo profissional e empresário com firma reconhecida das partes.

**11.6.6** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados ou certidões, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**11.6.7** Os atestados ou certidões que não possuem as informações mínimas para a sua análise serão objeto de diligência.

### **11.7 Da Vistoria**

**11.7.1** É facultado às empresas interessadas realizar visita técnica ao local de execução dos serviços, às suas expensas, responsabilidade e risco, com o objetivo de obter informações que considerem necessárias para elaboração da proposta. Não serão admitidas alegações futuras de desconhecimento das condições locais para justificar alterações nos preços, prazos ou demais condições do edital.

**11.7.2** O agendamento da visita deverá ser feito junto ao Setor de Engenharia do Município, no Centro Administrativo Porcino Maia, Avenida Bezerra de Menezes, nº 350, Centro, CEP 63.490-000, pelo telefone (88) 99223-0774, de segunda a quinta, das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h00, e sexta-feira das 07h30 às 11h30. As visitas serão agendadas individualmente e deverão ocorrer até o 5º (quinto) dia útil anterior à sessão pública.

**11.7.3** Será emitido **Atestado de Visita Técnica**, que deverá ser apresentado com a documentação de habilitação.

**11.7.4** A empresa que optar por não realizar a visita técnica deverá apresentar **declaração** assinada por seu responsável técnico, **afirmando a renúncia à visita**, conforme modelo em anexo, o conhecimento das condições locais, a assunção integral



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE  
APONTIE SUA CAMÉRA PARA O QR CODE AO LADO  
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA  
José Jackson Botão Cavalcante  
DATA: 20/05/2026  
AVANÇADA



de responsabilidade por essa escolha e o compromisso de manter sua proposta nas condições ofertadas, sob pena de inabilitação.

## 12. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

**12.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
UNIDADE	CLASS. PROGRAMÁTICA	NATUREZA DA DESPESA
Sec. da Juventude Esporte e Lazer	1101.27.812.0067.1.049 Const.Ampl.Equip.Equipamentos Esportivos (quadras,campos,ginasios e areas multius	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações.

**12.2** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Jaguaribara/CE, 20 de maio de 2026.

**Ricardo Martins Sousa**

Membro da Equipe de Planejamento

**Regina Alves Costa**

Membro da Equipe de Planejamento

**Flavianna Maria Saldanha Vieira**

Membro da Equipe de Planejamento

**APROVO** o Termo de Referência elaborado, por entender que ele cumpre todos os requisitos necessários para esta contratação.

*Assinado eletronicamente*

**José Jackson Botão Cavalcante**

Ordenador de Despesas

Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE  
APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO  
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA  
José Jackson Botão Cavalcante  
DATA: 20/05/2026  
AVANÇADA